

Ata nº 185

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se no horário das quatorze horas, em sessão ordinária, a centésima octogésima quinta reunião do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-Fundeb, com sede à Secretaria de Educação e Cidadania, localizada à Rua Felício Savastano, nº 240, Vila Industrial, São José dos Campos, São Paulo, que foi realizada à distância, por meio de recursos tecnológicos de uma plataforma de videoconferência, aplicativo *Google Meet*, devido à pandemia do coronavírus (COVID-19). Estiveram conectados no aplicativo os conselheiros: Adriana Rodrigues Ferreira, Ana Paula Diniz Oliveira Novellino, Andreia Cristina de Oliveira, Ednilson Castrioto, Fernanda de Paula Nascimento, Fernanda Pires de Aguiar, Heitor Soares Siqueira Cunha da Silva, Jéssica Marques Ribeiro, Michelle Frigi Vantine Siqueira, Paulo Roberto Belisário, Sheila Cristiane da Silva Fernandes, Silvani de Jesus, Solange Aparecida dos Santos Nascimento, Suelen dos Santos Braga, Valdemir Pereira da Silva, Vitor Hideaki Yoshida e a Secretária Mariângela Milanez da Cunha. Participou como convidado, o Sr. Edson José de Freitas da Secretaria de Educação e Cidadania. Justificaram a ausência a Conselheira Simone Bandolin Centeno Ferraz e a Presidente Tamira Paula Tôrres Martins de Souza. A Vice-Presidente Suelen dos Santos Braga iniciou a reunião cumprimentando a todos e após a confirmação do quórum, instaurou os trabalhos solicitando que a Sra. Mariângela prosseguisse com a leitura da ata da reunião anterior, que foi realizada em 02 de junho de 2021. A Sra. Mariângela efetuou a leitura destacando que acrescentou informações relevantes que foram tratadas na última reunião, bem como incluiu como comprovante de presença os *prints* das telas e as mensagens do *chat*. Informou também que a ata foi encaminhada ao FNDE e o cadastro da Presidente e Vice-Presidente foi efetuado, restando apenas a liberação do Sistema do FNDE para cadastro dos demais membros do Conselho. Sendo assim, a ata foi aprovada por todos e será assinada em momento oportuno para ciência. No expediente da presidência, a Sra. Suelen informou sobre o afastamento temporário da Presidente Tamira Paula Tôrres Martins de Souza por motivos de saúde. Na sequência informou que em reunião com a Secretária Mariângela, tomou conhecimento sobre os Sistemas relacionados ao CACS-Fundeb. Também comentou sobre a *Live* “Orientações para Conselhos Municipais do Fundeb”, ministrada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos dias 24 e 25 de junho, que foi compartilhada para os Conselheiros por e-mail e WhatsApp para que todos pudessem participar. Alguns dos Conselheiros que participaram da *Live* comentaram que gostaram muito das apresentações, porém são muitos termos técnicos e de difícil compreensão. A seguir, a Sra. Suelen passou a palavra para a Sra. Mariângela para apresentação do Novo Regimento Interno do CACS-Fundeb, que após esclarecimentos das dúvidas e correções, foi aprovado por todos os presentes. Na sequência, prosseguiu-se à ordem do dia com a apresentação realizada pela Conselheira Fernanda Nascimento, que informou sobre o Sistema SIOPE-MAVS do FNDE, do que se trata, como funciona e informou sobre os relatórios do 1º e 2º bimestres de 2021, que foram enviados nos dias 17 e 21 de junho, respectivamente, devido a problemas com o próprio Sistema. Na sequência, a Conselheira Fernanda Nascimento realizou uma apresentação sobre as aplicações dos recursos do

Fernanda Nascimento
Solange

Suelen

Ednilson

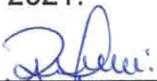
Paulo Roberto

Michelle

Andreia

Adriana

Ensino e do Fundeb, sendo o intuito da apresentação preparar o Novo Conselho para análise das prestações de contas trimestrais. Abriu-se a palavra aos Conselheiros para esclarecimento de dúvidas e, em seguida, a Sra. Mariângela informou que a próxima reunião ficou agendada para o próximo dia 28 de julho de 2021, às 14h00, pelo aplicativo de videoconferência Google Meet, ocasião em que ocorrerá a análise e parecer sobre a prestação de contas do 2º trimestre de 2021, referente à aplicação do Ensino e do Fundeb. Nada mais a tratar, a presente ata foi encerrada e segue assinada por mim, Mariângela Milanez da Cunha, Secretária do Conselho, e os Conselheiros abaixo relacionados. São José dos Campos, 29 de junho de 2021.

Adriana Rodrigues Ferreira: 

Ana Paula Diniz Oliveira Novellino: 

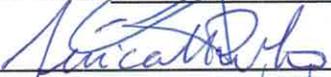
Andreia Cristina de Oliveira: 

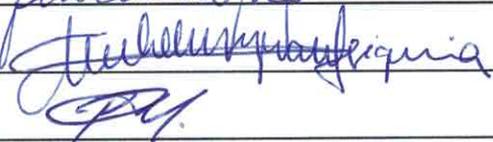
Ednilson Castrioto: 

Fernanda de Paula Nascimento: 

Fernanda Pires de Aguiar: Fernanda Pires de Aguiar

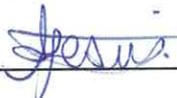
Heitor Soares Siqueira Cunha da Silva: 

Jéssica Marques Ribeiro: 

Michelle Frigi Vantine Siqueira: 

Paulo Roberto Belisário: 

Sheila Cristiane da Silva Fernandes: 

Silvani de Jesus: 

Solange Aparecida dos Santos Nascimento: Solange Aparecida dos Santos Nascimento

Suelen dos Santos Braga: Suelen dos Santos Braga

Valdemir Pereira da Silva: Valdemir Pereira da Silva

Vitor Hideaki Yoshida: 

Mariângela Milanez da Cunha: 

Edson José de Freitas: 

- III - 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;
- IV - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;
- V - 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública do Município;
- VI - 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas, quando houver;
- VII - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
- VIII - 1 (um) representante do Conselho Tutelar.

§ 1º Integrarão ainda os Conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

- I - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil.
- II - 1 (um) representante das escolas indígenas;
- III - 1 (um) representante das escolas do campo;
- IV - 1 (um) representante das escolas quilombolas.

§ 2º Os membros do Conselho instituído por esta Lei, previstos nos incisos II, III, IV, V e VI do "caput" deste artigo e no § 1º, também deste artigo, serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares.

§ 3º A indicação referida no parágrafo anterior, observados os impedimentos dispostos nos incisos I ao IV do art. 4º desta Lei, deverá ocorrer até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, de acordo com os critérios estabelecidos no § 2º deste artigo.

§ 4º No caso dos membros que representam as organizações da sociedade civil, o processo eletivo deverá ser dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo Conselho ou como contratadas da Administração Pública Municipal a título oneroso.

§ 5º Se no processo eletivo dos representantes das organizações da sociedade civil verificarse a inexistência de organizações da sociedade civil aptas à comporem o Conselho em razão do disposto no § 4º deste artigo, a composição do Conselho se dará, para aquele mandato, sem o preenchimento das representações, assegurando-se às organizações representação com direito a voz nas reuniões ordinárias, desde que devidamente constituída.

§ 6º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo devem:

- I - ser pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014;

Luiza Rêto Solange

Uiruru

Uiruru

Uiruru

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de São José dos Campos;

III - atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

IV - desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo Conselho ou como contratadas da Administração Pública Municipal a título oneroso.

§ 7º Se na data da realização do processo eletivo do Conselho não houver entidade de estudantes secundaristas no município os representantes dos alunos serão escolhidos dentre os alunos matriculados na rede pública municipal de educação básica, pelos respectivos pares, respeitado o disposto no inciso III do art. 4º desta Lei.

Art. 3º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar as funções os representantes do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho incorrer na situação de afastamento, definitivo ou temporário, a presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 4º São impedidos de integrar o Conselho:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Município;

b) prestem serviços terceirizados para o Poder Executivo Municipal; **Parágrafo único.** Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho com direito a voz.

*Amadorino
Solange*

Vicente

Roberto

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB, serão exercidos por esse Conselho instituído, especificamente, para esse fim.

§ 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – CACS-FUNDEB poderá sempre que julgar necessário:

I - apresentar ao Poder Legislativo Municipal e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário de Educação e Cidadania ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo Municipal cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) convênios com as instituições a que se refere o inciso I, do artigo 7º, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo

*funcionário
solange*

*Univ
R*

*W
R*

adant

*eg
P*

para esse fim.

§ 2º Ao Conselho incumbe, ainda:

I - elaborar parecer das prestações de contas a que se refere o parágrafo único do artigo 31, da Lei Federal n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

II - supervisionar a realização do censo escolar anual e opinar sobre o FUNDEB, oferecendo subsídios sobre a gestão de seus recursos, para a elaboração da proposta orçamentária anual do município, a ser promovida pelo Poder Executivo, com o objetivo de concorrer para o regular tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE.

§ 3º O Conselho atuará com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Dos Membros do Conselho e do Mandato

Art. 6º A atuação dos membros do Conselho:

I - não é remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerado dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e

*Francisco de Assis
Sobrinho*

Umar

Umar

Umar

Umar

Umar

servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

- a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
- b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do Conselho;
- c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 7º O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos da Lei Municipal nº 10.322, de 7 de maio de 2021, terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 8º O mandato dos membros do novo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Parágrafo único. Perderá o mandato o membro titular do Conselho que faltar a 4 (quatro) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas durante o ano, com exceção das faltas devidamente justificadas ou asseguradas pela legislação.

SEÇÃO II

Da Presidência e sua Competência

Art. 9º O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do Colegiado.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no Colegiado.

Art. 10. Compete ao Presidente:

- I - convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Luiz Roberto', 'Sérgio', and others.

- I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;
- II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;
- III - atas de reuniões;
- IV - relatórios e pareceres;
- V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal nomeará, por decreto, os membros para comporem o Conselho.

Art. 18. As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa de execução dos recursos dos Fundos.

Art. 19. Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação perante à Secretaria de Educação e Cidadania, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 20. Caberá ao Poder Executivo Municipal, com vistas à execução plena das competências do CACS-FUNDEB, assegurar:

- I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões; e
- II - profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 21. Na contagem de prazos em dias, estabelecidos no Art. 5º, § 1º, incisos II e III, computar-se-ão somente os dias úteis.

Art. 22. A proposta de alteração deste Regimento deverá ser aprovada em reunião extraordinária, expressamente convocada para este fim e por deliberação da maioria dos titulares em exercício.

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer uma de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

Art. 24. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Campos, 29 de junho de 2021.

[Handwritten signature]

Solange

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CACS-FUNDEB

Conselho de
Acompanhamento e
Controle Social - SJC

DATA: 29/06/2021 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CACS-FUNDEB SJC

Representantes do Poder Executivo municipal – Secretaria de Educação e Cidadania:

(T) Fernanda de Paula Nascimento: frana

(S) Vitor Hideaki Yoshida: Vitor Yoshida

Representantes do Poder Executivo municipal - Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças:

(T) Fernanda Pires de Aguiar: Fernanda Pires de Aguiar

(S) Heitor Soares Siqueira Cunha da Silva: [Signature]

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

(T) Tamira Paula Tôrres Martins de Souza – Presidente: Justificou

(S) Andreia Cristina de Oliveira: [Signature]

Representantes do Conselho Tutelar:

(T) Ana Paula Diniz Oliveira Novellino: [Signature]

(S) Gemima Ester de Oliveira: Ausente

Representantes dos professores da educação básica pública do Município:

(T) Jéssica Marques Ribeiro: Jéssica Ribeiro

(S) Valdemir Pereira da Silva: Valdemir Pereira



CACS-FUNDEB

Conselho de
Acompanhamento e
Controle Social - SJC

Representantes dos diretores das escolas básicas públicas do Município:

(T) Michelle Frigi Vantine Siqueira: *Michelle Frigi Vantine Siqueira*

(S) Simone Bandolin Centeno Ferraz: *Justificou*

Representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município:

(T) Ednilson Castrioto: *Ednilson Castrioto*

(S) Paulo Roberto Belisário: *PRB*

Representantes dos pais de alunos da educação básica pública do Município:

(T) Jerry Eduardo Aparecido da Costa: *Ausente*

(S) Sheila Cristiane da Silva Fernandes: *Sheila*

(T) Suelen dos Santos Braga – Vice-Presidente: *Suelen dos Santos Braga*

(S) Adriana Rodrigues Ferreira: *Adriana*

Representantes dos estudantes da educação básica pública do Município:

(T) Regina Maria de Oliveira Angelo: *Ausente*

(S) Solange Aparecida dos Santos Nascimento: *Solange Aparecida Santos Nascimento*

(T) Silvani de Jesus: *Silvani*

(S) Fabiana Maria de Lira: *Ausente*